

SENTIDOS E IDEOLOGIAS DO TRABALHO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

SIGNIFICADOS E IDEOLOGÍAS DEL TRABAJO EN EL MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA

MEANINGS AND IDEOLOGIES OF WORK IN THE LANDLESS RURAL WORKERS MOVEMENT

Mariana Souza Batista ¹ e Fellipe Coelho-Lima ¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgPsi-UFRN), Natal, RN, Brasil

Resumo: Este estudo analisou as ideologias do trabalho por meio dos sentidos atribuídos pelos/as trabalhadores/as Sem-Terra em seu cotidiano. Baseado no materialismo histórico-dialético e na psicologia histórico-cultural, utilizamos observação participante e entrevistas com 10 trabalhadores. Identificamos três ideologias: a) do assalariamento, b) do trabalho por conta própria e c) do trabalho no MST. As duas primeiras reforçam o caráter abstrato do trabalho, mas também foram alvo de críticas, sobretudo, em comparação com a experiência laboral no MST. Os/as participantes valorizam a relação com a terra, os afetos envolvidos e a produção de alimentos saudáveis como fruto do próprio trabalho, em oposição à visão do trabalho como mera fonte de renda. Concluímos que a ideologia do trabalho no MST promove novas significações para o trabalho e a vida, apontando caminhos para a construção de uma alternativa que desafie as imposições do capital.

Palavras-chaves: Luta pela terra; Agroecologia; Ideologia; Marxismo; Psicologia histórico-cultural.

Resumen: Este estudio analizó las ideologías del trabajo a través de los significados atribuidos por los/as trabajadores/as Sin Tierra en su vida cotidiana. Con base en el materialismo histórico-dialéctico y la psicología histórico-cultural, se utilizó la observación participante y entrevistas a 10 trabajadores. Identificamos tres ideologías: a) del asalariamiento, b) del trabajo por cuenta propia y c) del trabajo en el MST. Las dos primeras refuerzan el carácter abstracto del trabajo, pero también fueron objeto de críticas, especialmente en comparación con la experiencia laboral en el MST. Los/as participantes valoran su relación con la tierra, los afectos involucrados y la producción de alimentos saludables como fruto de su propio trabajo, en oposición a la visión del trabajo como mera fuente de ingresos. Concluimos que la ideología del trabajo en el MST promueve nuevos significados para el trabajo y la vida, señalando caminos para la construcción de una alternativa que desafíe las imposiciones del capital.

Palabras clave: lucha por la tierra; agroecología; ideología; marxismo; psicología histórico-cultural.

Abstract: This study analyzed the ideologies of work through the meanings attributed by Landless workers in their daily lives. Based on historical-dialectical materialism and historical-cultural psychology, we used participant observation and interviews with 10 workers. We identified three ideologies: a) wage labor, b) self-employment, and c) work within the MST. While the former two reinforce the abstract nature of work, they were also subject to criticism, especially when compared to the labor experience within the MST. Participants value their relationship with the land, the affects involved, and the production of healthy food as the fruit of their own labor, opposing the view of work as a mere source of income. We conclude that the ideology of work in the MST promotes new meanings for work and life, suggesting paths for the construction of an alternative that challenges the impositions of capital.

Keywords: struggle for land; agroecology; ideology; Marxism; historical-cultural psychology.

Introdução

O agronegócio, segundo Luiz Carlos Machado e Luiz Carlos Machado Filho (2014), é uma das causas das atuais catástrofes sociais. Ao ter sua origem na chamada Revolução Verde de 1960, esse modelo foi responsável por dilacerar as práticas camponesas sustentáveis para impor sua lógica destrutiva de produção (Santos, 2015). Embora se apresente como moderno, esse processo mantém a concentração de terras em latifúndios e a superexploração da força de trabalho. Nesse cenário, a posição de dependência do Brasil na divisão internacional do trabalho é perpetuada, uma vez que a burguesia agrária submete os interesses nacionais à dinâmica do capital estrangeiro (Marini, 1973/2017). Para isso, o agronegócio monopoliza o uso da terra, direcionando sua produtividade à exportação de matérias-primas na forma de *commodities*. Em consequência, as áreas destinadas à policultura e de alimentos comercializados internamente são progressivamente expropriadas, contribuindo para o avanço da fome no cotidiano dos brasileiros, haja vista a estagnação dos salários e o aumento dos custos da cesta básica (Paiva, Souza & Cardoso, 2021).

Apesar dessa realidade, a essência do modelo agroexportador é ocultada em virtude do seu discurso, que valoriza a alta produtividade e rentabilidade, alcançadas por meio de tecnologia e de um suposto compromisso com a sustentabilidade (Santos, 2015). A resistência a essa dinâmica é operada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que busca uma alternativa popular para o país, baseada na cooperação do trabalho e na agroecologia como matriz produtiva (Borges, 2007; Borsatto & Carmo, 2014). Tal confronto traz tanto as características do principal conflito do sistema capitalista (capital-trabalho), como também reflete as repercussões que a questão agrária traz sobre o uso da força de trabalho no processo produtivo.

A partir de György Lukács (2013), apreendemos que as ideias capazes de orientar as ações dos sujeitos nos conflitos sociais são caracterizadas como ideologias. Nesta pesquisa, as ideologias são analisadas como uma categoria ontológica, cuja função é orientar a práxis dos sujeitos em seus embates cotidianos. Assim, afastamo-nos do debate gnosiológico, compreendendo que as ideologias não se limitam a criar condições subjetivas para sustentar relações de dominação. Ao contrário, elas também podem ser utilizadas como estratégias para acirrar a luta de classes e impulsionar ações voltadas à transformação social.

Para o conflito que nos referimos neste artigo, é convocada a existência de ideologias que produzam respostas aos questionamentos dos trabalhadores no que diz respeito ao ato de trabalhar. Segundo Coelho-Lima (2021), as formas de trabalho elaboradas por diferentes grupos e classes podem ser nomeadas de ideologias do trabalho. O atual conflito de classes brasileiro é, portanto, protagonizado por dois projetos, que, consequentemente, trazem duas concepções sobre o trabalho. Nesse cenário, o MST, ao compreender que a transformação da estrutura agrária brasileira exige uma reforma agrária popular, capaz de unir os/as trabalhadores/as do campo e da cidade, escolheu a alimentação como estratégia para sensibilizar a sociedade, sobretudo, a classe trabalhadora (Bastos, 2018).

A agroecologia, portanto, não atua só como uma prática mais sustentável ao meio ambiente, mas como uma forma política e técnica para enfrentar o avanço do agronegócio no campo e, por extensão, das suas relações de dominação. Contudo, questionamo-nos como esses discursos do MST são incorporados no cotidiano de seus(as) participantes e até que ponto conseguem questionar a superexploração da força de trabalho e a dominação do agronegócio. As ideias, para se tornarem ideologia, precisam orientar a consciência dos indivíduos, motivan-

do-os à ação através da sua materialização na linguagem. Sob a ótica da psicologia histórico-cultural, a internalização dessa categoria pelos sujeitos vai além de uma mera reprodução mecânica. Esse processo é mediado por um complexo mecanismo de apropriação, alicerçado na unidade sentido-significado (Coelho-Lima, Varela & Bendassolli, 2021).

As ideologias, ao comporem a cultura, manifestam-se no cotidiano pela via dos significados (compartilhados socialmente). Ao ser metabolizada na vivência dos sujeitos, a ideologia se transforma em sentido (apropriação subjetiva) quando alcança a dimensão volitivo-afetiva, único nível em que pode efetivamente incidir sobre a práxis humana. Nessa dinâmica, os sentidos desempenham um papel central, dado que constituem a estrutura capaz de gerar novas representações na consciência (Vigotski, 1934/2009). Dessa maneira, o objetivo deste estudo é analisar as características das ideologias do trabalho através dos sentidos atribuídos pelos/as trabalhadores/as Sem-Terra em seu cotidiano.

Método

Este estudo é de caráter qualitativo, baseando-se no quadro teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético. Os/as participantes desta pesquisa são trabalhadores/as Sem-Terra que vivem nas Comunas Fidel Castro e Sabaia, localizadas em Ceará-Mirim/RN. A escolha dessa cidade se deve ao fato de ela ter sido uma das primeiras localidades do estado em que a luta pela terra foi territorializada pelo MST.

A área que abriga as duas Comunas ainda não foi desapropriada, no entanto, elas estão em dois momentos diferentes de formação. A Fidel Castro possui oito anos de existência e conta com horta comunitária e barracão para reuniões, enquanto a Sabaia tem quatro anos e não possui tais espaços coletivos.

A primeira participante desta pesquisa foi indicada pela dirigente das Comunas, enquanto os/as demais foram selecionados/as à medida que a pesquisadora os conhecia na convivência de campo. Já o número de participantes foi determinado ao longo do processo de investigação. Consideramos que a participação de cada sujeito, ao expressar sua singularidade, também reflete as particularidades que moldam suas especificidades. Nessa perspectiva, baseamo-nos no debate de Lukács (1967) sobre a particularidade. Essa categoria, além de mediar a relação entre o singular e o universal, é essencial na conexão entre a realidade objetiva e a produção do conhecimento. Assim, a escolha do número de participantes ocorreu no andamento do estudo, sendo concluída quando as singularidades abordadas foram suficientes para indicar as diversas particularidades discutidas nesta pesquisa. Com isso, definimos o número de 10 participantes, a fim de captar suas diferentes perspectivas no processo investigado, considerando a diversidade de faixa etária e gênero. Na Figura a seguir, as informações dos/as participantes são detalhadas, garantindo o anonimato a partir da adoção de nomes fictícios.

Figura 1. Caracterização sociolaboral dos/as participantes

Nome	Idade	Raça/ cor	Escolaridade	Estado civil/Filhos	Profissão	Renda	Tempo no MST	Comuna
Rosa	56 anos	Parda	Ensino fundamental incompleto	Casada/ Quatro filhos	Agricultora	Até um salário mínimo	7 anos	Fidel Castro
Nádia	52 anos	Preta	Ensino fundamental incompleto	União estável/ Dois	Agricultora e manicure	Até um salário mínimo	7 anos	Fidel Castro
Margarida	70 anos	Parda	Ensino fundamental incompleto	União estável/ Sete	Agricultora e Aposentada	Até um salário mínimo	1 ano	Fidel Castro
Elizabeth	24 anos	Preta	Ensino médio completo	União estável/ Um	Agricultora	Até um salário mínimo	3 anos	Sabaia
João Pedro	48 anos	Parda	Ensino fundamental incompleto	União estável/ Um	Agricultor e trabalhador assalariado	Até um salário mínimo	7 anos	Fidel Castro
Clara	27 anos	Branca	Ensino médio completo	Casada/ Dois	Agricultora e funcionária pública	Entre um a dois salários mínimos	1 ano	Fidel Castro
Antônio	66 anos	Branca	Ensino fundamental incompleto	Solteiro/ 11	Aposentado e Agricultor	Até um salário mínimo	2 anos	Sabaia
Carlos	33 anos	Parda	Ensino médio completo	União estável/ Um	Agricultor	Até um salário mínimo	1 ano	Sabaia
Olga	63 anos	Parda	Ensino médio incompleto	Casada/ Dois	Aposentado e Agricultora	Até um salário mínimo	10 anos	Sabaia
Julão	70 anos	Parda	Ensino médio incompleto	Solteiro/ Três	Aposentado e agricultor	Até um salário mínimo	10 anos	Sabaia

Fonte: Elaboração própria

Construção de dados

A observação participante e as entrevistas semiestruturadas foram as técnicas utilizadas para a construção de dados. A realização do primeiro procedimento se deu devido à necessidade do alcance de situações que não são captadas apenas por perguntas (Cruz Neto, 2001). Nesse sentido, participamos de atividades que moldam o cotidiano das comunas entre fevereiro e setembro de 2024. Essas observações foram registradas em diário de campo.

As entrevistas semiestruturadas se desdobraram em duas partes. A primeira foi guiada por um roteiro de perguntas organizado por eixos temáticos: 1) trajetória dos/as participantes no trabalho e no MST; 2) sentidos do trabalho; 3) contexto de trabalho; 4) envolvimento nas lutas e aos projetos. Já na segunda parte, que ocorreu logo após as perguntas, a pesquisadora apresentou imagens que contrapunham o trabalho no MST com o trabalho assalariado, solicitando aos/às participantes que compartilhassem suas considerações, com o objetivo de apreender os sentidos que eles/as atribuíam a essas duas formas de trabalho. As entrevistas foram gravadas e transcritas, com a devida autorização dos/as participantes. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), conforme o parecer nº 6.602.899.

Análise de dados

Para analisar, organizamos os dados das entrevistas e do diário de campo através dos eixos temáticos, seguindo três movimentos que abrangem os planos subjetivo e objetivo dos/as participantes (Coelho-Lima et al., 2021). No primeiro movimento de análise, identificamos a relação individual com a materialidade, de modo que os principais conteúdos foram compilados individualmente, buscando confrontar os sentidos identificados com a trajetória e contexto de trabalho, bem como as ações manifestas pelas relações de trabalho, envolvimento nas lutas e projetos.

No segundo movimento, realizamos uma comparação entre os participantes, com o objetivo de avaliarmos as possíveis recorrências evidenciadas nas respostas de diferentes participantes. A finalidade dessa segunda etapa consiste na busca por uma visão generalizada acerca dos sentidos e ações expressas pelos sujeitos, como também as suas particularidades. O último movimento se direciona à relação sentido-ideologia, através da interpretação do primeiro movimento a partir das raízes e consequências histórico-sociais dos sentidos identificados. Nessa fase, priorizamos a reconstrução do percurso que o significado social percorreu antes de alcançar a consciência dos indivíduos. Dessa forma, os elementos objetivos dos dados nos permitiram vincular os aspectos singulares aos processos sociais que afetaram o processo de internalização.

Resultados

Esta seção está estruturada pelos sentidos que identificamos em todos os eixos temáticos utilizados na entrevista, que aqui se desdobraram em categorias organizadoras do conteúdo.

A trajetória dos/as participantes antes do MST, consideradas as inerentes singularidades, são marcadas expressivamente pela negação de direitos. O trabalho esteve presente em suas vidas desde a infância como resultado das condições de pobreza que marcaram suas famílias. A precariedade no campo, intensificada pela modernização conservadora, não só acelerou a entrada dos/as entrevistados/as no mundo do trabalho, como também negou o acesso à educação a estes/as, visto que apenas três participantes concluíram o ensino médio. Além disso, todos/as trabalhadores/as tiveram que abandonar o campo ou pequenas cidades para se somarem às filas do exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que tiveram que encarar um novo modo de vida, caracterizado pela ausência de terra para trabalhar e pela ruptura de vínculos comunitários (Souza, 2018).

Ditadas pela superexploração da força de trabalho, essas trajetórias compartilham a experiência com a precarização estrutural. Nesse sentido, até aqueles/as trabalhadores/as que se inseriram no mercado formal, enfrentaram violações de direitos e insegurança laboral. Quando analisamos os marcadores de gênero e raça, podemos perceber como os mecanismos do capital emergem para articular exploração e opressão. Margarida, Rosa e Elizabeth, por exemplo, dedicaram grande parte de suas vidas a trabalhos domésticos não remunerados, enfrentando tanto o peso da responsabilidade quanto a falta de reconhecimento. Já Nádia sofreu um episódio de racismo no trabalho doméstico remunerado, evidenciando como os resquícios coloniais perpetuam relações de poder que sustentam condições degradantes para as trabalhadoras negras. Além disso, o cuidado que Rosa ainda presta a seus familiares adoecidos e o fornecimento de refeições para seus filhos ilustram como a superexploração do capital, ao rebaixar a remuneração da força de trabalho em relação ao seu valor, transfere para as mulheres negras a responsabilidade pela reprodução social da classe trabalhadora (Souza, 2023). Dessa maneira, há uma dupla desvalorização. Enquanto suas atividades domésticas ou de cuidado sustentam a reprodução social da força de trabalho e são invisibilizadas, sua inserção nos processos produtivos ocorre de forma precarizada.

A entrada no MST representou, para esses/as participantes, novos contornos. Conhecer o Movimento revelou que suas necessidades iam além da mera conquista material da terra. Em suas falas, a terra aparece como um elemento vivo, com o qual nutrem relações de profundos afetos. Antônio relembra como seu pai fazia farinha após a colheita de mandioca e como aprendeu esse fazer que carrega até hoje. Já Carlos atribui sua ligação com a terra pela sua infância no interior, o que se aproxima da vivência de Elizabeth que, mesmo não tendo trabalhado com a agricultura antes do MST, aponta a influência de seus avós na construção de afetos pela vida no campo. Nádia, por sua vez, explica que sua conexão com a terra se deve a sua possível ancestralidade indígena: “é como se eu fosse dali [da terra], daquele canto mesmo. Eu me encontro ali.”

As trajetórias marcadas pela precarização e pelos impactos da superexploração da força de trabalho contrastam com a organização política desses/as trabalhadores/as, que fortalecem ou retomam uma relação significativa com a terra. É nesse contexto que os sentidos apresentados a seguir foram atribuídos.

Sentidos do trabalho

O conceito de trabalho foi significado em três direções: 1) trabalho como sobrevivência; 2) trabalho como centro da vida e 3) trabalho como formação moral. O primeiro ponto foi unânime entre os participantes. Nádia pontua: “*trabalho por necessidade, porque a gente precisa se manter, precisa da alimentação, de se vestir, né? São coisas que a gente tem que ter dinheiro para comprar, por isso a gente trabalha.*”

O trabalho é entendido apenas como instrumento para obter dinheiro e, assim, adquirir os bens materiais voltados à sobrevivência. Distante de sua função mediadora entre ser humano e natureza, o trabalho assume, no capitalismo, um caráter abstrato ao ser subordinado ao processo de valorização das mercadorias, reduzido a um mero dispêndio de força humana, remunerado em dinheiro (Karl Marx, 1867/2013). Assim, o ato de trabalhar se apresenta aos sujeitos não pelo conteúdo ou significado de sua atividade, mas como uma imposição para garantir a própria subsistência ou a de suas famílias.

Nesse contexto, o trabalho abstrato, ao destinar a atividade vital à reprodução individual, torna-se a principal condição para a existência e reprodução do capital. Esse processo não apenas distancia o sujeito de sua essência enquanto ser do gênero humano, mas consolida o trabalho como estratégia central de dominação sobre a vida da classe trabalhadora. Com efeito, alguns/mas participantes apontaram uma tendência de resumir a vida ao trabalho. Rosa, por exemplo, questiona: “*como é que a gente vive sem um trabalho? Como é que a gente vai viver no dia a dia?*” João Pedro ainda pontua o trabalho como missão divina, “*porque o homem sem trabalho não é nada, vai pensar só no mal, né? ... Deus deixou o trabalho para o homem mesmo.*” Contudo, a resistência à centralidade do trabalho foi manifestada por Clara, quando ela ressalta outras dimensões da vida: “*o trabalho tem um grau médio de importância, porque não é tudo, mas é muito importante ... Eu priorizo sempre Deus e minha família, o trabalho vem depois.*” Contudo, a imposição da dinâmica capitalista no funcionamento da vida também aparece por meio da influência do trabalho na formação moral dos sujeitos. O trabalho duro associado à educação para valores morais, principalmente, à dignidade foi apreendido nos sentidos de metade dos participantes.

Em relação ao trabalho assalariado, mesmo que algumas/ns participantes não tenham tido experiência direta com a sua dimensão formal, conseguimos acessar suas avaliações sobre essa modalidade. Entre os aspectos negativos, destacam-se a figura do patrão e a restrição à liberdade. Em contrapartida, a estabilidade associada ao trabalho formal foi apontada como um aspecto positivo por outras participantes.

Clara e Elizabeth, por exemplo, veem o emprego como uma resposta à busca por segurança financeira. No entanto, conforme Anselmo Santos e Denis Gimenez (2018), as sucessivas reformas neoliberais e políticas de privatização beneficiaram as classes proprietárias às custas da maior desproteção social da classe trabalhadora, uma vez que agravou a precarização e reforçou a continuidade de um mercado de trabalho historicamente desorganizado.

Essa precariedade é ilustrada por experiências como o abuso de poder enfrentado por Julião, cuja carteira de trabalho não foi assinada imediatamente. Diante dessa realidade, Olga optou por trabalhar por conta própria, buscando escapar de espaços laborais empresariais frequentemente marcados por assédios e violências. Como observa Fellipe Coelho-Lima (2016), o “trabalhar para si” é uma ideia comum entre trabalhadores/as que criticam o modelo assalariado e, ao mesmo tempo, valorizam a autonomia do trabalho por conta própria.

A resistência à subordinação também é refletida na crítica à falta de liberdade. Carlos descreve a sensação de aprisionamento vivida em seus empregos: “*dentro do supermercado, a gente se sente um pouco mais preso, é uma área privada, você trabalha para o empresário, né?*” Rosa reforça essa necessidade de autonomia ao valorizar a possibilidade de gerenciar seu próprio tempo: “*Não tem ninguém para tá dizendo: ‘faça isso!’ Se você não chegar na hora: ‘você tá despedida’. Não, aqui [no MST] eu trabalho a hora que quero, vou a hora que quero ... chego a hora que quero.*” Essa autogestão do tempo representa como essas trabalhadoras defendem a autonomia como um meio de denunciar as opressões do trabalho formal, expressas, principalmente, pela figura do patrão.

O trabalho no MST, por sua vez, abarcou diversos sentidos, predominantemente, positivos. Entre eles, destacam-se o aprendizado, o acesso ao produto do próprio trabalho, a cooperação, a realização pessoal e a liberdade. No entanto, a condição de acampado/a trouxe à tona um aspecto negativo: a instabilidade relacionada à renda e ao acesso à própria terra, gerando um sentimento de insegurança que permeia a experiência desses/as trabalhadores/as.

Apesar dessa instabilidade, o trabalho no MST se destaca como um espaço de aprendizado para Rosa, Elizabeth, Carlos e Julião. De acordo com Roseli Caldart (2001), o desenvolvimento da identidade Sem Terra está entrelaçado a todos os aspectos da luta social, incluindo o trabalho. O MST, ao reconhecer que a educação ocorre de forma contínua e em movimento, utiliza o trabalho e a vida cotidiana em coletividade como ferramentas pedagógicas. Na experiência de Rosa, ela conseguiu integrar os saberes populares de suas companheiras com os conhecimentos científicos dos dirigentes, possibilitando a produção de alimentos saudáveis.

A possibilidade de acessar o produto do próprio trabalho também foi destacada pelos/as participantes em relação à atividade no MST. Julião expressa esse sentimento ao afirmar: “*é aquela satisfação de plantar e a satisfação maior que é a de colher, né? É fruto do que é colhido por mim, né?*” Esse orgulho pelo resultado do próprio trabalho ainda se manifesta quando Olga me convidou para conhecer seu quintal produtivo e a diversidade de plantas que cultiva.

Essa experiência, para Antônio, aparece por meio da facilidade de obter alimentos diretamente do quintal, sem depender de supermercados. Em consonância, Carlos destaca as ações do MST em direção à soberania alimentar. A luta por soberania alimentar, entendida como o direito de escolher, planejar e produzir o próprio alimento, manifesta-se na prática dos trabalhadores do MST por meio da produção de alimentos saudáveis e diversificados. A resistência à monocultura, perpetuada pelo agronegócio, é visível no colorido das plantações da Comuna.

Para Clara, o diferencial da agricultura praticada no MST está na não utilização de agrotóxicos e no compromisso com “uma produção limpa”. Nádia reforça esse direcionamento ao me oferecer um coco recém-colhido de sua plantação, destacando: “*esse é bom, não tem veneno, nada químico!*”

Julião, por seu turno, destaca a relevância da produção do MST e dos agricultores familiares na garantia de alimento para todos/as os/as brasileiros/as: *“são pessoas [trabalhadores/as Sem Terra] que querem gerar alimentação saudável para a mesa de todos, que vai para a mesa do rico, do pobre, né? Vai pra todo mundo.”* No entanto, ele ainda vê dificuldades para produzir em larga escala sem o uso de agrotóxicos, afirmando que esse processo é *“muito trabalhoso, muito complicado”*. Em contrapartida, Margarida nos convida a refletir sobre a importância de resgatar os saberes ancestrais para alcançar uma produção agroecológica em quantidade e qualidade. Ela relembra o exemplo de seu pai, que produzia em larga escala sem recorrer ao uso de venenos, demarcando que as práticas tradicionais também podem oferecer caminhos para as alternativas ao agronegócio.

A cooperação também foi considerada entre os sentidos dos/as participantes acerca do trabalho no MST. Contudo, o trabalho coletivo tem maior presença nas falas das participantes da Comuna Fidel Castro. Clara explica que, nesse espaço, há uma área coletiva para os/as trabalhadores/as produzirem em conjunto. Além disso, o mutirão é mencionado, mesmo sendo uma norma do MST para a manutenção dos espaços comuns da Comuna, Rosa a concebe como fundamental, pois é o momento em que todos se encontram, especialmente, porque alguns/mas acampados/as precisam trabalhar em outros lugares para obter renda. No entanto, os/as trabalhadores/as da Sabaia destacam a individualização presente em alguns/mas participantes, que não cumprem as normas e fazem com que as relações de trabalho se tornem mais voltadas a cada quintal produtivo. Antônio acredita que a solução para esses aspectos estaria na elaboração de uma cooperativa, que poderia incentivar o trabalho coletivo ou a criação de uma feira cooperada para garantir o sustento. De modo geral, a cooperação se alinha à solidariedade, evidenciada pelo compartilhamento de alimentos, troca de sementes e ajuda mútua.

Por fim, abordamos o sentido de liberdade que alguns/mas participantes associam ao trabalho no MST. Para Rosa, essa liberdade emerge, principalmente, da superação das opressões e da rigidez de outros contextos laborais, marcados pela presença de patrões. No MST, a ausência de uma figura autoritária possibilita que ela exerça controle sobre sua rotina, ajustando seu tempo às suas necessidades e prioridades. Elizabeth reforça essa consideração ao relacionar a liberdade à possibilidade de escolha. Já Carlos reflete sobre sua experiência anterior de trabalho em um supermercado para ressaltar a sensação de liberdade que encontrou no MST: *“hoje eu me vejo trabalhando no campo, eu me vejo mais livre do que, um exemplo, no mercado. Lá eu me sentia muito preso, já aqui no campo, não, me sinto mais livre, né?”*

Nessa perspectiva, o acesso à terra permite que os trabalhadores determinem o conteúdo de sua atividade, em vez de serem reduzidos à mera obtenção de renda. Nádia explicita essa relação ao contrastar o trabalho na Comuna com sua ocupação na cidade. Enquanto este último significa uma obrigação restrita ao pagamento de contas, o trabalho na terra se transforma em algo prazeroso: *“como se fosse um lazer, um outro tipo de trabalho, um trabalho que eu faço com mais gosto ... é mais prazeroso você fazer o que você gosta, você não se cansa, fiquei mais motivada a mexer na terra.”*

Nos planos dos trabalhadores, a terra surge como uma conquista que lhes possibilita decidir o que plantar e como direcionar os frutos dessa produção. A partir do acesso a esse direito, Nádia e João Pedro projetam a superação do trabalho assalariado em suas vidas. Os/as trabalhadores/as destacam a importância da biodiversidade, evidenciando projetos de diversificar ainda mais suas plantações com a conquista da terra.

Todos os/as participantes manifestaram a intenção de permanecer no Movimento nos próximos anos. Apenas dois apresentaram projetos laborais mais singulares: Clara, que expressou o desejo de passar em um concurso público para alcançar maior estabilidade, e João

Pedro, que planeja trabalhar por conta própria na agricultura, sem mencionar diretamente o MST nessa produção, mas expressando o desejo de continuar no Movimento.

Discussão

O sentido, ao ser determinado pela riqueza dos elementos presentes no momento da evocação de uma palavra na consciência, reflete as características e contradições dos contextos sociais em que é produzido. Em razão disso, ao resgatarmos o percurso pelo qual os significados foram internalizados na consciência dos/as trabalhadores/as Sem Terra, podemos identificar três ideologias que orientam suas ações em meio a arena de conflitos que caracteriza o campo do trabalho: ideologia do assalariamento; do trabalho por conta própria; ideologia do trabalho no MST.

A identificação da primeira ocorreu, sobretudo, através das subcategorias “trabalho como centro da vida”, “como formação moral” e “estabilidade”. Esses elementos assumiram um caráter positivo nos sentidos atribuídos pelos/as participantes, principalmente, devido à referência ao modelo clássico de trabalho assalariado, caracterizado por contratos formais, garantias trabalhistas, seguridade social e um certo nível de estabilidade.

Embora Yuri Almeida (2022) relacione essas características positivas principalmente às percepções de trabalhadores inseridos em postos de trabalhos formalizados, elas também emergem neste estudo, mesmo que a maioria dos/as trabalhadores/as tenha permanecido, ao longo de suas vidas, à margem desse mercado. Consideramos que esse fato se deve a como esse tipo de trabalho foi propagado a partir das ações do Estado de Bem-Estar Social.

Entretanto, devido à condição dependente do país, esse modelo de Estado não se concretiza. No entanto, suas ideologias foram amplamente disseminadas e permanecem presentes até os dias atuais. Isso se evidencia nas aspirações de Clara e Elizabeth, que projetam seu futuro com base no trabalho formal, em busca de alcançar estabilidade contratual.

Contudo, essa dimensão de estabilidade da formalização laboral, projetada pelas nossas participantes, já deficitária desde sua origem, foi ainda mais precarizada com o avanço das políticas neoliberais na década de 1990 (Antunes, 2009). Diante dessa conjuntura, o sentido do trabalho “como centro da vida” emerge para os/as participantes. Como já mencionado, eles concebem o trabalho como o principal direcionador de suas vidas e como formador de valores, atribuindo-lhe uma dimensão positiva. O reconhecimento social se atrela a como os trabalhadores significam a atividade profissional como forma de “formação moral” tanto para si, como para sua família. A compreensão dessa função revela que os/as trabalhadores/as encontram alguma forma de motivação para exercer sua atividade além da mera subsistência, seja pelo reconhecimento social ou pela construção de uma educação moral. Contudo, é possível identificar que esses sentidos se relacionam, de certo modo, com o que Max Weber (1905/2004) denominou de ética do trabalho. Esse aspecto se manifesta tanto nas palavras de João Pedro, que associa a atividade profissional a um desígnio divino, quanto nas reflexões dos/as demais participantes, que apontam a formação da dignidade como algo alcançado, sobretudo, pela capacidade de produzir mais trabalho. Assim, percebemos como a intensificação da exploração da força de trabalho é frequentemente legitimada pela atribuição de um valor moral.

De maneira geral, os sentidos atribuídos à ideologia do assalariamento podem ser interpretados como resultados da internalização de significados que buscam naturalizar essa forma de atividade através de concepções positivas e morais. Nesse contexto, a função social dessa ideologia está diretamente ligada à legitimação do dispêndio de mais-trabalho para a geração de mais-valor, o que

dificulta uma conscientização dos/as trabalhadores/as sobre a verdadeira natureza do trabalho no sistema capitalista. Entretanto, também identificamos um movimento de crítica a essa ideologia.

Essa crítica se revela na avaliação negativa sobre condições inerentes a esse modelo de trabalho, a exemplo da relação hierárquica entre patrão e trabalhador. Para Olga e Antônio, a contestação a essa atividade se materializou no trabalho por conta própria. Desse modo, compreendemos como a ideologia não consegue influenciar completamente a práxis dos/as sujeitos, já que ela necessita se atualizar para enfrentar a constante disputa pela consciência.

Como reflexo, a ideologia do trabalho por conta própria aparece pela valorização do controle integral sobre o processo de trabalho e a aparente ausência de padrões. Olga destaca que essa forma de trabalho lhe proporcionou maior autonomia e a possibilidade de contratar familiares, garantindo-lhes uma fonte de renda. Esse comportamento reflete como ela assumiu individualmente a responsabilidade de lidar com o problema da geração de renda para trabalhadores/as marginalizados pelo mercado formal. De maneira semelhante, essa ideologia também foi determinante para Antônio, que, ao relatar ter "*enjoado de patrão*", decidiu abrir uma oficina de portões.

No caso de Nádia, essa forma de atividade se configurou praticamente como regra, considerando que ela nunca teve oportunidades de ingressar no mercado formal. A venda de cosméticos e artesanatos se tornou uma das poucas estratégias disponíveis para garantir seu sustento. Nesse contexto, as características dessa ideologia se revelam tanto nas trajetórias dos participantes quanto em seus planos. João Pedro exemplifica esse processo ao manifestar sua intenção de abrir um negócio com os produtos que cultivava, destacando vantagens como a possibilidade de comercializar em feiras e o benefício do pagamento imediato. Essa dinâmica reforça a função social de desmobilização entre os trabalhadores, perceptível nos sentidos atribuídos por João Pedro, quando ele afirma preferir que cada trabalhador "*fique fazendo o seu*", bem como quando não percebemos sua participação nos espaços coletivos, revelando um projeto de vida mais individualizado.

Contudo, embora a ideologia do trabalho por conta própria possa levar os/as sujeitos a acreditarem que suas atividades são realizadas de forma independente, sem interferências externas, os/as participantes desta pesquisa destacam a necessidade de direitos básicos para viabilizar suas vidas profissionais. Por isso, a suposta autonomia propagada por essa ideologia é questionada quando esses/as trabalhadores/as se deparam com uma realidade de negação de direitos fundamentais, como moradia e acesso à água.

Nesse contexto de crítica, as características da ideologia do trabalho no MST foram identificadas a partir da articulação de todos os eixos de pesquisa. A agroecologia e a cooperação se expressam nos sentidos dos/as participantes desde a valorização da produção de alimentos saudáveis baseada na solidariedade até na construção de sujeitos com autonomia para construir críticas sobre o seu cotidiano e, ao mesmo tempo, apresentar saídas a essas questões.

Para os/as participantes, a internalização desses conceitos como ideologia foi influenciada, principalmente, pelos aspectos emocionais que permeiam sua relação com a terra. Nessa perspectiva, compreendemos que os afetos pela terra da maioria dos/as participantes têm suas raízes na família. Elizabeth recorda com carinho as memórias de infância, quando via seus avós trabalhando no campo. Já Clara cresceu em um assentamento do MST, graças à militância e inserção da sua mãe no Movimento.

Nádia, por seu turno, cogita sua ancestralidade indígena ao afirmar que o encontro consigo mesma se dá através do trabalho na terra. Esses relatos demonstram que a abordagem agroecológica se manifesta no cotidiano dos/as trabalhadores/as Sem Terra, a partir da apre-

sentação de novos significados para o metabolismo entre ser humano e natureza, baseados no respeito e equilíbrio mútuo (Borges, 2007; Bastos, 2018). No lugar da lógica mercadológica, essa relação é vista como um todo interdependente, levando os/as trabalhadores/as a enxergarem a terra como um elemento vivo, responsável por abrigar suas histórias, as de suas famílias e sua possibilidade de autorrealização.

Esse caráter vivo faz com que Julião descreva o trabalho na agricultura pelo emprego do verbo “cuidar”, que, para ele, simboliza o ciclo de plantar, regar e, acima de tudo, colher. Em razão disso, percebemos que, diferente do trabalho assalariado, o conteúdo da atividade no MST se torna visível e significativo. Aqui, o trabalho não é visto somente como instrumento de obter dinheiro, mas como uma relação que transforma a natureza. Tal processo é apreendido pelos/as participantes e isso pode ser ilustrado pela possibilidade de apropriação do produto da própria atividade.

O acesso ao valor de uso como resultado do seu trabalho permite aos Sem Terra reconhecer e valorizar o conteúdo de suas atividades. Um exemplo disso é quando Rosa sublinha o trabalho na terra como a base que sustenta todas as outras formas laborais, ao considerar o papel essencial da produção de alimentos. Em seu cotidiano, ela analisa essa importância pela facilidade de ter diversos alimentos em seu próprio quintal, sem precisar ir ao supermercado e se deparar com alimentos padronizados. Essa autonomia de escolher o que consumir e, além disso, assimilar o processo de trabalho que elaborou tal produto é a forma pela qual a soberania alimentar emerge nos sentidos e ações dos/as participantes.

Todavia, para os/as trabalhadores/as Sem Terra, o que realmente distingue o trabalho nas Comunas de outras formas de agricultura é a prioridade dada a uma produção limpa. O MST, ao sensibilizar seus/suas participantes e a sociedade pela via da alimentação, denuncia que o agronegócio, em parceria com as transnacionais, comercializa produtos que não só desrespeitam a cultura alimentar brasileira, mas também colocam “veneno na nossa mesa”. Por isso, todos/as os/as entrevistados veem sua produção como alternativa a esse cenário, destacando como esta é saudável e livre de insumos químicos.

Na contramão do uso de agrotóxicos e das queimadas que atingem a vegetação nativa, os/as participantes buscam a biodiversidade em suas plantações, dando vida ao solo e utilizando formas naturais de fertilização. Assim, mesmo que a matriz agroecológica nas Comunas Fidel Castro e Sabaia ainda esteja em estágio inicial de implementação, haja vista a necessidade de maior apoio técnico apontada pelos/as trabalhadores/as, percebemos que sua perspectiva de produção já consegue exercer influência significativa no discurso e nas práticas dos/as participantes.

Além da autonomia de obter alimentos diretamente do próprio quintal, os/as participantes evidenciam a autogestão em sua rotina de trabalho. A possibilidade de definir seus horários e o conteúdo de suas atividades contribui para que os trabalhadores Sem Terra concebam o conceito de liberdade como um direito de escolha. Dessa maneira, o acesso à terra, mesmo num cenário de instabilidade, emerge como um elemento que proporciona realização pessoal e resgata os sentidos ligados ao caráter humanizador do trabalho.

Ações como o compartilhamento de alimentos, a troca de sementes e a ajuda mútua também fizeram parte desse processo. O MST busca resgatar, em seus espaços de luta, a vivência coletiva do ser social, praticamente dissolvida pela construção de um indivíduo abstrato. Nessa perspectiva, a organização da luta política desempenha um papel crucial na articulação de ações coletivas.

Contudo, as normas estabelecidas pelo Movimento direcionadas à consolidação dessas ações coletivas enfrentam desafios nas Comunas. A perspectiva individualista da vida, exacerbada pela imposição da sociabilidade competitiva do neoliberalismo, impede que algumas

regras de convivência na Comuna Sabaia sejam plenamente efetivadas, o que, na visão dos/as participantes desta pesquisa, representa um obstáculo em referência às melhorias do trabalho coletivo. Apesar desses desafios, os/as próprios/as participantes diagnosticaram esses impasses e propuseram saídas coletivas. Entre essas estratégias, enfatizamos a organização de uma feira coletiva e a criação de uma cooperativa, que também se apresentam, de certo modo, nas projeções de futuro dos/as trabalhadores/as Sem-Terra. Sob esses aspectos, entendemos que a cooperação, embora lide com desafios decorrentes das constantes disputas no campo do trabalho, permanece viva, orientando os sentidos e planos dos/as participantes deste estudo. De acordo com Rosemeire Scopinho (2007), a cooperação organizativa e a solidariedade militante são elementos essenciais na organização do trabalho no MST, garantindo a sustentação da luta pela conquista e permanência na terra.

Na atual conjuntura, os princípios da agroecologia se manifestam na relação que as/os trabalhadoras/es constroem com a terra, no sentido de liberdade vinculado à autogestão do tempo e à possibilidade de acessar o produto do próprio trabalho. Nesse cenário, o trabalho no MST se apresenta como uma expressão de autonomia, permitindo escolher o que consumir por meio da produção de alimentos saudáveis, em contraste com o domínio dos alimentos industrializados alinhados à lógica do agronegócio. Desse modo, a solidariedade, a produção de alimentos saudáveis e a cooperação se tornam meios cruciais para enfrentar tanto a individualização no trabalho, como a insuficiência das políticas públicas voltadas à produção e reprodução do/a trabalhador/a Sem-Terra.

A partir desses sentidos e ações, interpretamos que a ideologia do trabalho no MST tem a função social de criticar as formas de trabalho e produção do sistema capitalista, especialmente no seu desdobramento em um país dependente com uma persistente questão agrária. Por essa razão, o Movimento propõe uma alternativa ao agronegócio, centrada na produção de alimentos saudáveis para garantir a soberania alimentar de seus/suas participantes, além de promover uma outra forma de relação entre ser humano e natureza.

Considerações finais

Ainda que as ideologias do assalariamento e do trabalho por conta própria se expressem no cotidiano dos/as participantes, observamos um movimento constante de crítica a essas formas de relação com o trabalho, sustentado na comparação com as práticas desenvolvidas no MST. Nessa direção, a ideologia do trabalho no MST alcança seu fortalecimento na consciência e prática dos/as trabalhadores/as. A centralidade dos afetos que permeiam a relação com a terra, somada à valorização da possibilidade de produzir e consumir alimentos saudáveis como fruto do próprio trabalho, opõe-se diretamente à concepção do trabalho como mera fonte de renda. Assim, compreendemos que a ideologia do MST, alicerçada na cooperação e na agroecologia, promove novas significações tanto para o trabalho quanto para a vida, indicando caminhos para a construção de uma alternativa que desafia as imposições do capital.

Ao abordarmos uma experiência que desafia a lógica assalariada, evidenciamos empiricamente a resistência da classe trabalhadora, que expressa não só a possibilidade de uma transformação ideológica em suas práticas, mas também a existência, no cenário atual, de uma ideologia que se afirma como alternativa ao agronegócio e ao seu modelo destrutivo. Em síntese, este estudo, sob a perspectiva ontológica da ideologia, reafirma a radicalidade histórica do ser social e a capacidade da classe trabalhadora de, como demonstra o MST, construir formas de sociabilidade e trabalho, capazes de confrontar as ofensivas do sistema vigente.

Referências

- Almeida, Y. F.** (2022). *O trabalho dos motoristas de ônibus: precarização, ideologias e lutas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. de https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/49691/1/Trabalhomotoristasonibus_Almeida_2022.pdf
- Antunes, R.** (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Bastos, P. N.** (2018). Desafios políticos e dialógicos ao projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Epitc*, 20(1), 220-235.
- Borges, J. L.** (2007) *A transição do MST para a agroecologia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/adceae99-041d-4350-8a50-7b1f9f058be3/content>
- Borsatto, R. S. & Carmo, M. S.** (2013). A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(4), 645-660.
- Caldart, R. S.** (2001). O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15(43), 207–224. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>
- Coelho-Lima, F.** (2016) *Ideologia e significado do trabalho: o caso dos trabalhadores por conta própria*. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/1/FellipeCoelhoLima_TESE.pdf
- Coelho-Lima, F.** (2021). La ideología del trabajo en el capitalismo de plataformas. In C. P. Cavero & L. T. Arce (Coords.), *Mundo del trabajo y las organizaciones en transformación: desafíos sociales, políticos y éticos* (pp. 415–436). *Arequipa: Aletheya*. https://vrip.unmsm.edu.pe/wp-content/uploads/2023/03/VF_MUNDO_TRABAJO_ORGANIZACIONES_TRASFORMACION-2021-.pdf
- Coelho-Lima, F., Varela, V. & Bendassolli, P. F.** (2021). Ideology, sense, and meaning: A theoretical-methodological approach. *Culture & Psychology*, 27(1), 152-171. <https://doi.org/10.1177/1354067X21993795>
- Cruz Neto, O.** (2001). O trabalho de campo como descoberta e criação. In M. C. S. Minayo (Org.), *Teoria, método e criatividade* (pp. 51–66). Vozes. <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>
- Lukács, G.** (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo.
- Lukács, G.** (1967). La categoría de la particularidad. In *Estética 1: La peculiaridad de lo estético*. Tomo 3: Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. Grijalbo.
- Machado, L. C. P. & Machado Filho, L. C. P.** (2014). *Dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. Expressão popular.
- Marini, R. M.** (1973/2017). Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), 325-356 Marx, K. (1867/2013). *O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital*. Boitempo Paiva, B. A., Souza, C. L. S., & Cardoso, M. G. (2021). Renda da terra e superexploração da força de trabalho: Sentidos da luta de classes e extração de valor no capitalismo dependente. *Novos rumos*, 58(1), 105-117.
- Santos, S. F.** (2015). A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. Em H. Novaes, A. D. Mazin & L. Santos (Org.), *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia* Vol. 1 (pp. 41–64). Outras Expressões.
- Santos, A. L. & Gimenez, D. M.** (2018). Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In J. D. Krein, D. M. Gimenez & A. L. Santos (Org.), *Dimensões crítica da reforma trabalhista no Brasil* (pp. 27–68). Curt Nimuendajú.

- Scopinho, R. A.** (2007). Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 84-94.
- Souza, C. L. S.** (2018). Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha. *Revista Katálisis*, 21(3), 611–620. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p611>
- Souza, C. L. S.** (2023). A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 16–35. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.301>
- Vigotski, L. S.** (1934/2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. Martins Fontes
- Weber, M.** (1905/2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras

MARIANA SOUZA BATISTA

<https://orcid.org/0000-0001-9332-6656>

Mestra e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgPsi-UFRN)

mariana.souza.018@ufrn.edu.br

FELLIPE COELHO-LIMA

<https://orcid.org/0000-0001-7763-4050>

Doutor em Psicologia. Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

fellipecoelho@uol.com.br

Histórico	Submissão: 16/01/2025 Revisão: 08/11/2025 Aceite: 08/11/2025
Editor científico	Dra. Carolina dos Reis
Contribuição dos autores	Conceitualização: MSB, FCL Curadoria de dados: MSB, FCL Análise formal: MSB Investigação: MSB Metodologia: MSB, FCL Escrita original: MSB Escrita - revisão e edição: MSB, FCL
Financiamento	Bolsa Capes de Pós-Graduação
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Disponibilidade de dados e materiais	Os conjuntos de dados utilizados ou analisados durante o estudo atual estão disponíveis junto ao autor correspondente mediante solicitação razoável.